

Guilherme Chicarelle Lima
Fernando Augusto Starepravo

Estratégias para o desenvolvimento do skate: um estudo das políticas públicas no estado do Paraná

Resumo

Neste artigo, buscou-se discutir possibilidades de intervenção do Estado para o desenvolvimento do skate, considerando as políticas públicas presentes nas cidades de grande porte e na capital paranaenses. Trata-se de uma pesquisa de caráter analítico descritivo e os dados foram obtidos através dos sites das secretarias de esporte e lazer dos municípios envolvidos no estudo, bem como do Banco de Dados do Instituto Inteligência Esportiva - Gestão do Esporte nos Estados e Municípios Brasileiros - da Universidade Federal do Paraná. Após categorizar os materiais encontrados, os resultados revelaram disparidades nas políticas públicas para o skate no Paraná, com grande parte dos municípios apresentando carência ou ausência de iniciativas específicas. Enfatiza-se a importância do engajamento das comunidades locais na formulação das políticas e a necessidade de abordar carências sociais mais amplas.

Palavras-chave: Skate; Políticas Públicas; Desenvolvimento; Paraná.

Strategies for the development of skateboarding: a study of public policies in the state of Paraná

Abstract

In this article, the aim was to discuss the possibilities for state intervention in the development of skateboarding, considering the public policies present in large cities and in the capital of Paraná. This is analytical-descriptive research, and the data were obtained from the websites of the sports and leisure secretariats and from the municipalities involved in the study, as well as from the Database of the Instituto Inteligência Esportiva - Management of Sports in the Brazilian States and Municipalities - from the Federal University of Paraná. After categorizing the materials found, the results revealed disparities in public policies for skateboarding in Paraná, with a large portion of municipalities showing a lack or absence of specific initiatives. The importance of local community engagement in policy formulation is emphasized, as well as the need to address broader social deficiencies.

Keywords: Skateboarding; Public Policies; Development; Paraná.

Introdução

Subir numa prancha de madeira sobre rodas possibilita significar e ressignificar perspectivas de mundo, as quais, só podem ser vistas por quem o faz. Denominado “Skateboard”, no Brasil apenas “Skate”, este instrumento tem o poder de transformar, por exemplo, um simples banco em um obstáculo desafiador, ou o caminho para a escola em um “playground” com infinitas formas de

se divertir. Deste modo, é como se andar de skate não apenas proporcionasse a locomoção entre diferentes locais físicos, mas também espaços metafísicos. É possível a partir do skate acessar outro panorama do real, exclusivo para os que andam ou fazem parte do meio de alguma forma. “Ser skatista significa pertencer a um grupo específico, compartilhar uma rede de sociabilidade, ser livre e arriscar-se constantemente para, no limite, angariar amigos e admiradores” (Neira, 2014, p. 313).

Isto significa que a prática em questão vai além das manobras aprendidas e desaprendidas, e não se mostra apenas como uma modalidade individual de esporte ou lazer. Percebe-se, na verdade, um meio onde apesar dos recortes estruturais da sociedade, muitas das pessoas ali inseridas possuem um escopo em comum, o qual as conecta de alguma forma. Seja por meio da linguagem, estilo, manobras, comportamentos específicos ou qualquer maneira de expressão, os skatistas constroem em seu entorno uma prática esportiva ou de lazer, e ao mesmo tempo, um movimento social socializante.

Ainda assim, o skate carrega também em seus aspectos técnicos e práticos, reflexos destes paradigmas que formam o âmago de sua cultura. Isto é, a ausência de regras no ambiente não competitivo, enseja como característica fundamental do skate, a liberdade quanto a forma de praticá-lo. Em princípio, aconselha-se ao iniciante, comumente, que localize a parte frontal (*nose*) e a parte traseira (*tail*) de seu skate, e em seguida, que encontre sua base (regular ou *goofy*). Pode-se entender tal “base” como algo semelhante ao que compreendemos por canhoto e destro, porém, se tratando do posicionamento dos pés para a prática, cujas possibilidades e abordagens subsequentes são praticamente ilimitadas.

Dentre as diferentes formas de andar de skate, existe uma variada gama de modalidades, as quais, em sua maioria, se relacionam com a pista ou local reservado para praticar. As principais são: *Freestyle*; *Downhill Speed*; *Downhill Slide*; Mini-rampa; Mega Rampa (*Big Air*); *Slalom*; *Street* (Skate de rua); *Park*; *Bowl*; Vertical (*half pipe*). Destas, a primeira a surgir foi a modalidade *Freestyle* (estilo livre), e apenas três são comumente disputadas em grandes competições atuais: *Street* (circuito com obstáculos simulando o cenário urbano), Vertical (pistas em formato de “U”) e *Bowl* (pistas em formato de piscina).

Observando um cenário nacional onde o skate disfruta de um crescente ganho de popularidade (Olic, 2014, p. 75), e que, apesar disso, pouco dispôs de incentivos do Estado brasileiro para sua consolidação no país. E também, considerando o direito constitucional de acesso ao esporte e lazer (Brasil, 1988), que permeia a todos os cidadãos brasileiros, torna-se essencial a ampliação do aporte estatal ao desenvolvimento do mesmo, principalmente no que diz respeito ao âmbito de políticas públicas. Política pública é definida por Souza (2006, p. 26) como:

[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Imergindo a discussão em direção as relações entre Estado, esporte e lazer, é importante considerar o artigo “*Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná*” (Mezzadri, et. al, 2006). A partir deste estudo, revela-se essencial para desenvolver programas de esporte e lazer nos municípios, a complexidade burocrática administrativa, bem como a qualificação dos profissionais de intervenção pública. Além disso, o artigo apresenta a questão da descentralização das decisões, como um dos fundamentais pressupostos para a organização efetiva e democrática do Estado.

O respeito por essas dinâmicas é fundamental, especialmente levando em conta as várias barreiras impostas ao skate até que se atingisse os patamares atuais. Uma das mais emblemáticas foi a sua proibição nas ruas e quaisquer outros espaços públicos da cidade de São Paulo em 1988 (Brandão, 2014). Salienta-se que ao proibir qualquer prática em locais públicos, é retirada a possibilidade de exercício por quem não possui acesso a locais privados, reservando assim, de forma elitista, a experiência à apenas uma pequena parcela da população.

Outro aspecto importante é apresentado pela pesquisa “Políticas públicas de esporte e lazer na cidade: não só de pista de skate, vive o skatista de Recife-PE” de Menezes, Carvalho, Tashiro e Honorato (2019). Este estudo se torna relevante ao passo que desvela, a partir do posicionamento dos skatistas recifenses, possíveis medidas a serem adotadas pelo poder público, a fim de melhores condições para o exercício de sua modalidade. Segundo os autores, revelou-se necessário, para além de manutenção e melhoramento da infraestrutura para a prática, maior investimento na divulgação do skate e de sua cultura.

Existem estudos que contém propostas metodológicas para relacionar o skate com outras áreas que não o esporte e o lazer. Armbrust e Lauro (2010), por exemplo, propõem aliar o skate com a educação. A metodologia apresentada por eles complementa os elementos da cultura corporal vivenciados nas escolas e contribui no processo de desenvolvimento humano nos aspectos biológico, psicológico, social e cultural. No entanto, ainda são necessárias mais produções científicas neste e nos outros campos que relacionam skate e sociedade, para assim consolidar uma vanguarda científica que, aliada à gestão pública, conduza e integre o desenvolvimento dos objetos de interesse social de forma eficaz.

A partir do entendimento das problemáticas de domínio político e social brevemente elencadas no que se relaciona a pauta deste estudo, propõe-se ampliar o debate científico no que

tange a prática do skate. Nesse sentido, a presente investigação teve como objetivo discutir possibilidades de intervenção do Estado para o desenvolvimento do skate, considerando as políticas públicas presentes nas cidades de grande porte e na capital paranaenses.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa de caráter analítico descritivo, uma vez que, para além de identificar, descrever e caracterizar o objeto de estudo, busca analisá-lo e superar as contradições presentes no contexto que o tange. Ademais, este processo metodológico considera dados coletados de forma direta e indireta, além disso, dispõe-se da abordagem de investigação quali-quantitativa. Segundo Schneider, Fujii e Corazza (2017), a partir deste procedimento de investigação, é possível analisar determinado fenômeno tanto de forma estrutural com métodos quantitativos, quanto processual através de métodos qualitativos. Ou seja, considera-se tanto os aspectos objetivos, quanto os subjetivos do objeto observado, visando assim compreendê-lo em sua totalidade.

O presente estudo reúne o conjunto de políticas voltadas para o skate que vem sendo implementado pelas secretarias de esporte e lazer das maiores cidades do estado do Paraná (mais de 100 mil habitantes). Logo, ao basear-se em suportes de informação que sejam “[...] decorrentes de momentos anteriores à pesquisa, quer em andamento, quer relatadas, ou então de informações resultantes do Fazer Humano ligado a outras áreas, que não à ciência” (Witter, 1990, p. 19), se enquadra como pesquisa documental.

Neste sentido, pressupõe-se que para contribuir com o debate acerca das formas de desenvolver determinado objeto, é necessário entender a atual condição prática do mesmo. Por isso, levantou-se junto às secretarias de esporte e lazer dos municípios (22) paranaenses com mais de 100 mil habitantes, as políticas relacionadas ao skate que vem sendo implementadas. Estes municípios, em ordem de maior população segundo o IBGE (2022), são: Curitiba (1.871.789 hab.); Londrina (588.125 hab.); Maringá (454.146 hab.); Ponta Grossa (391.654 hab.); Cascavel (350.644 hab.); São José dos Pinhais (327.746 hab.); Foz do Iguaçu (286.323 hab.); Colombo (238.780 hab.); Guarapuava (190.342 hab.); Araucária (166.699 hab.); Fazenda Rio Grande (167.315 hab.); Paranaguá (157.043 hab.); Toledo (156.123 hab.); Campo Largo (144.165 hab.); Apucarana (135.969 hab.); Piraquara (131.101 hab.); Pinhais (131.048 hab.); Sarandi (126.057 hab.); Almirante Tamandaré (122.032 hab.); Araongas (118.573 hab.); Umuarama (117.148 hab.); Cambé (107.220 hab.).

Como primeira forma de análise, buscou-se reunir as informações a respeito de políticas para o skate contidas nos sites das secretarias de esporte e lazer de cada município envolvido no

estudo, bem como, no banco de dados do Inteligência Esportiva¹. Nos casos em que não havia nada descrito nestes sites, foi feito contato com as referidas secretarias via correio eletrônico, solicitando informações das políticas para o skate. Continha no teor da mensagem, primeiramente, uma breve saudação, e em seguida, a solicitação por informações acerca das políticas públicas voltadas para o skate apresentadas pelo município.

À vista disso, buscou-se verificar as políticas públicas encontradas a partir de três eixos norteadores: Infraestrutura pública, Incentivo sociocultural, e Inclusão social. O primeiro, refere-se às pistas de skate ou locais reservados e apropriados para prática, administradas pelo setor público. Já o segundo trata-se dos festivais, eventos, competições, oficinas e aulas disponibilizadas pelo poder público dos municípios. No último, são consideradas as intervenções do Estado para a inclusão social ao contexto do skate, como por exemplo, políticas de inclusão de mulheres, pessoas com deficiência ou qualquer grupo subrepresentado. Por fim, levando em conta tais eixos norteadores, foram admitidas categorias político-estruturais, a fim de facilitar a compreensão do desenvolvimento político dos municípios no que diz respeito ao skate e a elaboração de intervenções estatais.

Resultados e discussões

Existem diferentes formas de entender as multifaces do desenvolvimento, a depender do objeto de análise, do contexto e das prioridades de quem o investiga. “O conceito de desenvolvimento aponta para o horizonte do futuro. Sugere a ideia de processo, de algo em movimento e em construção” (Schallenger, 2003). Neste estudo, considera-se o desenvolvimento numa perspectiva coletiva e comum, dando enfoque à democratização e a ampliação do acesso ao skate. Isso implica em não destacar apenas o progresso pessoal de determinados indivíduos, mas também o avanço social e a melhoria das conjunturas de uma comunidade, neste caso, os skatistas.

No contexto das intervenções do Estado para o desenvolvimento do skate nos maiores municípios paranaenses, é possível observar uma variedade de abordagens políticas. Alguns municípios podem não apresentar nenhum dos eixos norteadores apresentados, enquanto outros adotam uma visão holística, investindo em todos esses eixos. Apresenta-se no quadro a seguir, em ordem crescente de maior infraestrutura (dado quantitativo), a situação do aporte estatal quanto ao desenvolvimento do skate nos municípios com mais de cem mil habitantes no estado do Paraná. Os

¹ Sobre o banco de dados do Inteligência Esportiva ver <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/bi-geem/>

dados foram classificados em três eixos: infraestrutura pública, representada pelo número de locais destinados à prática; incentivo sociocultural e inclusão social, indicados por ‘x’ nos municípios que adotaram políticas nesses aspectos.

Quadro 1 – O aporte estatal quanto ao desenvolvimento do skate nos (22) maiores municípios do Paraná

Cidade ou Município	Infraestrutura Pública	Incentivo Sociocultural	Inclusão Social
Cambé	0	—	—
Araucária	0	—	—
Arapongas	1	—	—
Paranaguá	1	—	—
Apucarana	1	X	—
Umuarama	1	X	—
Almirante Tamandaré	2	—	—
Sarandi	2	X	—
Toledo	2	X	—
Colombo	2	X	—
Foz do Iguaçu	2	X	—
Fazenda Rio Grande	2	X	—
Cascavel	2	X	—
Campo Largo	3	—	—
Londrina	3	X	—
Maringá	3	X	X
Piraquara	4	—	—
São José dos Pinhais	1/4*	X	X
Pinhais	5	—	—
Guarapuava	6	X	X
Ponta Grossa	8	X	X
Curitiba	3/34*	X	X

Fonte: Informações retiradas do banco de dados do Inteligência Esportiva e dos sites das secretarias de esporte e lazer dos municípios em entre 10 e 18 de julho de 2023.

*Divergência nos dados apresentados pelas fontes.

Para aprofundar o entendimento das informações apresentadas no primeiro quadro, encontram-se a seguir alguns exemplos de políticas já implementadas nos municípios analisados em cada um dos eixos. No contexto da infraestrutura voltada ao skate, destaca-se a “Skate Plaza” na

Praça da Juventude em Sarandi², que se revela como um espaço estruturado, planejado e propício para a prática das modalidades *street skate* e *bowl*. Quanto aos incentivos socioculturais, Maringá se destaca pela realização de eventos e festivais de skate³, que não apenas impulsionam a cultura local, mas também fomentam a participação ativa da comunidade. Além disso, no programa maringaense "Esporte para Todos"⁴, as “escolinhas” de skate emergem como um componente vital, proporcionando um ambiente acolhedor para crianças e pais que possam sentir receios iniciais com a prática do skate. No contexto da inclusão social, o programa “Clicolazer” em Curitiba implementou o skate adaptado⁵, oferecendo oportunidades inclusivas e acessíveis para indivíduos com diferentes habilidades, promovendo a diversidade na cena do skate. Essas iniciativas exemplificam a diversidade de estratégias implementadas nos municípios abordados, demonstrando um panorama abrangente das formas de suporte e engajamento em diferentes aspectos do desenvolvimento do skate.

Em seguida, serão apresentadas imagens representativas desses programas, ilustrando visualmente as iniciativas mencionadas no contexto da infraestrutura para o skate, inclusão social e incentivo sociocultural nos municípios analisados.



Figura 1. Skate Plaza, Sarandi-PR

Imagem disponível em: <https://www.sarandi.pr.gov.br/web/index.php/noticias/item/praca-da-juventude-sera-inaugura-no-sabado>.

² Sobre a Praça da Juventude em Sarandi, ver <https://www.sarandi.pr.gov.br/web/index.php/noticias/item/praca-da-juventude-sera-inaugura-no-sabado>

³ Sobre o Festival de Skate e as aulas do programa “Esporte para Todos”, ver <http://www.maringa.pr.gov.br/site/index.2017.visualizar-noticia.php/2022/11/24/prefeitura-realiza-festival-de-skate-para-criancas-e-adolescentes-no-domingo-27/40734>

⁴ Sobre o programa “Esporte para Todos”, ver https://venus.maringa.pr.gov.br/arquivos/esportes/eventos_esportes/esporte_para_todos.php

⁵ Sobre o skate adaptado no programa “Clicolazer”, ver <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/skate-adaptado-para-criancas-com-deficiencia-entra-na-programacao-do-ciclolazer/39981>



Figura 2. Projeto Skate Adaptado, Curitiba-PR.

Foto: Gabriel Rosa/SMCS



Figura 3. Aula de skate do programa “Esporte para Todos”, Maringá-PR.

Foto: Thiago Louzada/PMM

Estas imagens, para além de complementar a compreensão das políticas discutidas, também oferecem um olhar envolvente sobre o impacto positivo dessas iniciativas na comunidade. Ademais, é necessário categorizar os municípios de acordo com seus êxitos ou carências, permitindo uma avaliação mais precisa das necessidades e potencialidades de cada município, auxiliando assim a formulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento mais eficazes e direcionadas.

Categorizou-se (Quadro 2) o nível de aporte estatal para o skate da seguinte forma: a primeira categoria, *inexistente*, engloba os municípios que não atendem a nenhum dos eixos analisados, indicando uma ausência significativa de suporte estatal para a prática. A segunda categoria, *incipiente*, refere-se aos municípios que atendem apenas a um dos domínios ponderados, mostrando um apoio inicial e parcial para a prática do skate. Já a terceira categoria, de nível *médio*, inclui os municípios que atendem a dois dos âmbitos avaliados, demonstrando um suporte mais

consistente, porém ainda não idôneo. Por fim, a categoria de nível *profuso* abarca os municípios que atendem a todos os cernes apresentados, revelando um nível abrangente de aporte estatal para o skate em relação ao que vem sendo implementado nas demais cidades do estado. Essa classificação pode auxiliar na identificação das áreas que requerem maior atenção e investimento por parte das autoridades locais e na promoção de um ambiente mais inclusivo e favorável para a prática do skate.

A classificação discutida anteriormente está organizada no quadro a seguir, facilitando a visualização e compreensão dos diferentes níveis de aporte estatal para o skate nos municípios abarcados por este estudo, desde a categoria *inexistente* até a de grau *profuso*.

Quadro 2 – O nível de aporte estatal para o desenvolvimento do skate nos (22) maiores municípios do Paraná

<i>Inexistente</i>	<i>Incipiente</i>	<i>Médio</i>	<i>Profuso</i>
Cambé	Arapongas	Apucarana	Maringá
Araucária	Paranaguá	Umuarama	São José dos Pinhais
	Almirante Tamandaré	Sarandi	Guarapuava
	Campo Largo	Toledo	Ponta Grossa
	Piraquara	Colombo	Curitiba
	Pinhais	Foz do Iguaçu	
		Fazenda Rio Grande	
		Cascavel	
		Londrina	

Fonte: os autores (2024)

Ao avaliar os resultados apresentados, revelam-se disparidades significativas no aporte estatal destinado ao skate nos municípios investigados. Notavelmente, Cambé e Araucária enfrentam uma situação precária nesse aspecto, mesmo o segundo município apresentando o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado (IBGE, 2021), sugerindo a necessidade urgente de intervenção e aumento de recursos à modalidade. Por outro lado, municípios como Maringá, São José dos Pinhais, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba exibem níveis profusos de investimento, mas a ênfase deve ser constante na busca pelo aprimoramento dessas iniciativas. É

imperativo que essas localidades, mesmo com a presença de um suporte robusto, continuem a avaliar suas lacunas e busquem constantemente superá-las, garantindo um desenvolvimento sustentável, inclusivo e democrático da prática do skate em suas comunidades. O restante dos municípios deve seguir esse exemplo, identificando suas carências específicas e trabalhando no sentido de superá-las, promovendo um cenário mais equitativo e acessível para os praticantes de skate em todo o estado.

Observando uma realidade heterogênea no contexto das políticas públicas voltadas para o skate nos locais sob análise, nota-se que o desenvolvimento desta prática ainda está em processo, tanto em sua forma de lazer, quanto na configuração esportiva. Isto é, o trabalho de Honorato (2004), por exemplo, emerge como um recurso essencial para compreender que o skate ainda é “jovem”, mesmo diante de seu atual patamar de relevância. A obra oferece insights valiosos sobre a trajetória histórica do skate, destacando suas origens e seu rápido crescimento. Paralelamente, a contribuição de Brandão (2014) nos leva a refletir sobre o caráter político próprio do skate e as barreiras enfrentadas para consolidá-lo nos padrões contemporâneos.

A partir da compreensão dessas obras, percebe-se que o skate ainda possui grande potencial de desenvolvimento, e que o avanço dessa prática se dá, sobretudo, através da organização dos próprios skatistas. Deste modo, diante das contradições, disparidades e barreiras que persistem, é indispensável que, principalmente, os membros da comunidade do skate se percebam como agentes políticos. Essa consciência política é crucial para a mobilização coletiva e a superação das adversidades, todavia, a mesma nem sempre surge de forma espontânea. À vista disso, deve-se almejar incorporar ao conceito de “ser skatista” apresentado por Neira (2014), o entendimento do skatista enquanto ser e agente político transformador de sua própria realidade. Pressupõe-se então, a produção e promoção de subsídio material que permita tal avanço na ordem social que concerne o skate. Sendo assim, o subcampo acadêmico/científico das políticas públicas de esporte e lazer (Starepravo, 2015), pode servir como a vanguarda desta produção, enquanto o Estado pode ser responsável por tal promoção.

Neste sentido, conforme evidenciado pelo estudo de Carvalho, et al. (2019), o Estado pode desempenhar um papel crucial no fomento ao desenvolvimento do skate. A pesquisa destaca a necessidade de uma divulgação mais ampla do skate, sua cultura e a experiência de ser skatista, como forma de aumentar a compreensão pública e, por consequência, o apoio à prática. Além disso, o estudo ressalta a importância da manutenção de espaços adequados para a prática do skate, destacando a relevância de áreas específicas e a conservação de locais já existentes. Ao investir nesses aspectos, o Estado não apenas contribui para o crescimento da comunidade skatista, mas

também promove uma visão atenuante no que diz respeito aos preconceitos acerca da cultura do skate.

No entanto, é essencial que a intervenção estatal seja democrática e popular, conforme sugerido por Mezzadri, et al. (2006). A descentralização na tomada de decisões é fundamental para garantir que as políticas adotadas considerem as diversas demandas e perspectivas dentro da comunidade skatista. Mecanismos participativos e inclusivos assegurariam que skatistas de diferentes lócus de enunciação tenham voz nas decisões relacionadas ao desenvolvimento do skate. Além de fortalecer a legitimidade das políticas adotadas, essa abordagem democrática também contribui para uma cultura skatista mais inclusiva e representativa.

Essencialmente, o planejamento político deve ser orientado para ampliar acesso aos direitos constitucionais e pode ser feito de forma conjunta a outras demandas sociais, especialmente no que diz respeito ao esporte e ao lazer. Estudos como o de Armbrust e Lauro (2010) sugerem que o skate pode ser integrado de maneira eficaz em perspectivas educacionais, por exemplo, sem retirar da prática seu fim em si mesma. Pelo contrário, o que se almeja é um projeto político que visa expandir o acesso a todos os direitos de forma otimizada no que se refere a gestão pública.

Recentemente, observamos iniciativas promissoras, tais como o programa “Skate por Lazer”⁶ e o projeto “Skate Escola”⁷. Essas propostas refletem um reconhecimento crescente da importância do skate não apenas no âmbito esportivo, mas como uma expressão cultural e de lazer significativa. No entanto, é fundamental que essas políticas públicas transcendam abordagens meramente instrumentais e se tornem verdadeiras pontes para uma perspectiva libertadora e humanizadora. Desta forma, ao fomentar a integração do skate com outras esferas, como lazer, educação e cultura, essas políticas se tornam ferramentas de contribuição para o avanço social.

Considerações finais

Na elaboração deste artigo, cujo intuito foi pautar possíveis intervenções do Estado para o desenvolvimento do skate no Paraná, considerando as políticas públicas presentes nas cidades de grande porte e na capital paranaenses, fora necessário se aproximar de domínios, como: políticas públicas de esporte e lazer, skate, e perspectivas/concepções de desenvolvimento. Deste modo, é crucial ressaltar que a escolha de focar na realidade do Paraná, no que diz respeito a coleta e análise dos dados, foi uma decisão estratégica. Dada a complexidade da temática abordada, essa

⁶ Sobre o programa “Skate por Lazer” ver <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/outros/skate-por-lazer>.

⁷ Sobre o projeto “Skate Escola” ver https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/projeto-skate-escola-vai-levar-o-esporte-olimpico-a-mais-de-tres-mil-criancas-e-adolescentes-pelo-brasil

abrangência regional ofereceu uma visão aprofundada das disparidades e carências nas políticas públicas para o skate no cenário das cidades de grande porte e na capital paranaenses.

Como principais resultados, nota-se disparidades significativas no apoio estatal ao skate no estado do Paraná, com grande parte dos municípios apresentando carência de iniciativas. Cambé e Araucária evidenciam-se pela ausência de políticas específicas para o skate, enquanto Maringá, São José dos Pinhais, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba se destacam por suas perspectivas abrangentes em políticas públicas voltadas para essa prática.

Contudo, para avançar qualitativa e quantitativamente no entendimento desta temática são necessárias mais pesquisas, as quais, ampliem a dimensão do estudo em diferentes regiões e conjunturas. Essas futuras investigações têm o potencial de fornecer uma visão mais abrangente do skate brasileiro e, também, de construir uma perspectiva de desenvolvimento fundamentada e popular. Essa concepção é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes e que se apoiem nas demandas dos próprios skatistas.

Portanto, os direcionamentos apresentados neste estudo não apenas destacam a importância do papel do skatista como agente político, mas também sublinha a necessidade de envolvimento efetivo das comunidades locais na formulação e implementação de políticas. Além disso, ressalta-se que as lacunas identificadas no desenvolvimento do skate podem estar intrinsecamente ligadas a outras carências sociais que transcendem o âmbito esportivo e de lazer. Essa interconexão sugere a importância de projetos políticos, cujas abordagens promovam uma visão integrada, e não somente focalizada, de políticas públicas.

Referências

Brandão, L. (2014). De Jânio Quadros a Luiza Erundina: Uma história da proibição e do incentivo ao Skate na Cidade de São Paulo. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 49. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/17861>.

Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, (16), 20-45.

Curitiba. Prefeitura Municipal. (2016, 16 de junho). Skate adaptado para crianças com deficiência entra na programação do Ciclolazer. Disponível em <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/skate-adaptado-para-criancas-com-deficiencia-entra-na-programacao-do-ciclolazer/39981>.

GEEM. (2024). Gestão do Esporte nos Estados e Municípios Brasileiros. Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva. Universidade Federal do Paraná. Disponível em <http://www.inteligenciaesportiva.ufpr.br/site/bi-geem/>.

Olic, B. M. (2014). Das ruas para os Jogos Olímpicos? Dinâmicas em torno da prática do skate. Campos - Revista de Antropologia, 15(1), 75-96. <https://doi.org/10.5380/campos.v15i1.43208>.

Saldanha, M. (2022, 24 de novembro). Prefeitura realiza 'Festival de Skate' para crianças e adolescentes no domingo, 27. Prefeitura de Maringá. Disponível em <http://www.maringa.pr.gov.br/site/index.2017.visualizar-noticia.php/2022/11/24/prefeitura-realiza-festival-de-skate-para-criancas-e-adolescentes-no-domingo-27/40734>.

Sarandi. Prefeitura Municipal. (2015, 9 de abril). Praça da Juventude será inaugura no sábado. Disponível em <https://www.sarandi.pr.gov.br/web/index.php/noticias/item/praca-da-juventude-sera-inaugura-no-sabado>.

Mezzadri, F. M., et al. (2006). Políticas públicas para o esporte e lazer nas cidades do estado do Paraná. Em Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de políticas públicas (pp. 43-60). Jundiaí: Fontoura.

Starepravo, F. A. (2015). Introdução. In E. S. dos Santos & A. C. R. Leiro (Orgs.), Políticas Públicas de esporte e lazer: diálogos. Petrolina, PE: UNIVASF.

Lazer. Skate por. Disponível em <https://www.gov.br/esporte/pt-br/acoes-e-programas/outros/skate-por-lazer>.

Skate Escola. Projeto. Disponível em https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/esporte/noticias_esporte/projeto-skate-escola-vai-levar-o-esporte-olimpico-a-mais-de-tres-mil-criancas-e-adolescentes-pelo-brasil.

Todos. Esporte para. Disponível em https://venus.maringa.pr.gov.br/arquivos/esportes/eventos_esportes/esporte_para_todos.php.

Menezes, V. G. de, Carvalho, L. de O., Tashiro, T., & Honorato, T. (2019). Políticas Públicas de Esporte e Lazer na Cidade: Não Só de Pista de Skate, Vive o Skatista de Recife-PE. LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, 22(3), 517-536. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15321>.

Neira, M. G. (2014). Etnografando a prática do skate: elementos para um currículo de Educação Física. Revista Contemporânea de Educação, 9(18), 299-316.

Armbrust, I., & Lauro, F. A. A. (2010). O Skate e suas possibilidades educacionais. Motriz: Revista de Educação Física, 16(3), 799-807.

Schallenberger, E. (2003). Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. Mediações-Revista de Ciências Sociais, 8(2), 9-26.

Honorato, T., et al. (2004). Uma história do skate no Brasil: do lazer à esportivização. Em XVII Encontro Regional de História: O Lugar da História (pp. 1-15). Campinas: Unicamp.

Schneider, E. M., Fujii, R. A. X., & Corazza, M. J. (2017). Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. Revista Pesquisa Qualitativa, 5(9), 569-584.

Porto Witter, G. (2023). Pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e busca de informação. Estudos de Psicologia, 7(1-2), 5-30. Disponível em <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/7924>.

IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação Técnica do Censo Demográfico – CTD.
Disponível em
https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/PR_POP2022.pdf.

IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível em
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/pesquisa/38/47001?tipo=ranking>.